

Classificação, Estereotipia e Silenciamentos no Domínio das Dissidências Sexuais e de Gênero

Francisco Arrais Nascimento

Como citar: NASCIMENTO, Francisco Arrais. Classificação, Estereotipia e Silenciamentos no Domínio das Dissidências Sexuais e de Gênero. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.397-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p397-426>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

14

**CLASSIFICAÇÃO, ESTEREOTIPIA E
SILENCIAMENTOS NO DOMÍNIO
DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE
GÊNERO**

*CLASSIFICATION, STEREOTYPES
AND SILENCES IN THE DOMAIN OF
SEXUAL AND GENDER DISSIDENCE*

Francisco Arrais NASCIMENTO

Doutor em Ciência da Informação – UNESP

Resumo: Objetivou-se, neste capítulo, compreender como as relações de poder têm influenciado na compreensão e na classificação do domínio das dissidências sexuais e de gênero. Para tanto, elegendo-se a Análise de Domínio como metodologia, alicerçada em dois recursos metodológicos, Etnografia e Observação de modo a subsidiarem as Cartografia de documentos e Cartografia de sentimentos. Ao término das observações, compreende-se que o estado de exceção simbólico construído socio-historicamente sobre e em torno dos sujeitos que borram, desvia ou não baliza suas identidades, práticas e orientações do desejo pela norma vigente, norteadas por proselitismos sociais, em que o sistema patriarcal utiliza-se de estratégias e métodos sexistas para arraigar um comportamento machista, em um invólucro capitalista, que se utiliza de dispositivos de controle social para tornar os corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos, gestando oprimidos e excluídos em um jogo de poder complexo em que “lembrança e esquecimento” são partes de um mecanismo de controle social.

Palavras-chave: organização do conhecimento; práticas sexuais não hegemônicas; homossexualidades; garantia autopoética.

Abstract: The objective was to understand how power relations have influenced the understanding and classification of the domain of sexual and gender dissidences. For that, Domain Analysis was chosen as a methodology, based on two methodological resources, Ethnography and Observation, in order to subsidize the Cartography of documents and Cartography of feelings. At the end of the observations, it is understood that the symbolic state of exception socio-historically constructed on and around the subjects that blur, deviate or do not mark out their identities, practices and orientations of desire for the current norm, guided by social proselytism, where the patriarchal system uses sexist strategies and methods to root a sexist behavior in a capitalist envelope, which uses social control devices to make bodies politically docile and economically productive, creating oppressed and excluded people in a game of power complex in which “remembering and forgetting” are part of a mechanism of social control.

Keywords: knowledge organization; non-hegemonic sexual practices; homosexualities; autopoietic assurance.

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrar ao universo dos estudos culturais, tomando por aporte as construções acerca dos gêneros e das sexualidades, compreendendo os mesmos enquanto um domínio complexo, dada a influência das relações de poder construídas histórica e culturalmente, podendo-se vislumbrar que a divisão binária (Feminino/Masculino) imposta pelo processo de colonização do conhecimento e imposição da cultura eurocêntrica acerca dos gêneros balizada pelo cristianismo, no decorrer do processo de “colonização” do Brasil ainda ecoa em tempos hodiernos, limitando de forma contundente o próprio entendimento acerca das diferenças conceituais próprias deste domínio.

Nesse interim, firmando-se sob o viés dos “desvios” da norma (Heterossexualidade), situando-se no domínio segundo a perspectiva de (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Hjørland, 1997) das dissidências sexuais e de gênero, que englobam conceitos como: Gênero¹, Sexo², Expressão de gênero³, Identidade de gênero⁴ e Orientação sexual⁵, comumente silenciados pelos discursos hegemônicos, se pode vislumbrar em função da diversidade de comunidades discursivas⁶ e estratos sociais que compõem

¹ Segundo Jesus (2012, p. 24) pode ser definido como: “Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Depende do sexo”.

² Pode ser definido como: “Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais” (Jesus, 2012, p. 24).

³ Definida como: “Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive” (Jesus, 2012, p. 24).

⁴ Definida por Jesus (2012, p. 24) como “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero”.

⁵ Pode ser definida como: “Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (Jesus, 2012, p. 26)

⁶ Nascimento (2015, p. 63), em diálogo segundo Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (1997), afirma que os autores “[...] expõem sua teoria, afirmando primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas” (*discourse communities*).

tal domínio, que o mesmo pode ser compreendido enquanto estratificado, polimorfo e hipersegmentado, que apesar da delimitação conceitual acerca das sexualidades e das práticas sexuais que vêm sendo construídas e exaustivamente debatidas de modo a sanar lacunas de conhecimento, preconceitos e proselitismos, para além, de ações diretas e indiretas das relações de poder no decorrer da construção histórica e cultural, se pode observar que o domínio ainda é atravessado por silenciamentos, incompreensões e distorções conceituais que valem-se da estereotopia para replicar e preservar a condição hegemônica de determinados estratos sociais.

Em contrapartida, o entendimento de que classificar algo sem a compreensão acerca desse algo, é uma atividade impossível, caso o objetivo dessa classificação seja a verossimilhança, a ética e a eficiência para além da humanização no tratamento destinado ao outro, impulsiona o diálogo e construção do conhecimento, ao compreender que a Organização do Conhecimento (OC) “[...] enquanto um domínio autônomo que se preocupa com o desenvolvimento de meios de se organizar às mais variadas áreas e para a mais variadas finalidades” (Sales, 2021, p. 13). Tal entendimento desvela a essência de tal domínio, podendo vir a aproximar-se do domínio das dissidências sexuais e de gênero e conseqüentemente de seus desdobramentos, vindo a contribuir sob a forma de relação simbiótica para a organização, representação, recuperação e disseminação não apenas da informação produzida pelos e para os estratos sociais compreendidos no desvio da norma, mas atuando de forma a promover uma representação verossimilhante, ética e eficiente frente aos proselitismos, preconceitos e antipatias que incidem sobre tais estratos sociais.

Assim, ao voltar-se para a teoria discursiva desconstrucionista de base foucaultiana e se pensar acerca da engenharia social composta essencialmente por dispositivos de controle e suas relações de poder edificadas histórica e culturalmente, se é levado a uma compreensão de que os dispositivos são instrumentos externos ao sujeito e que atuam enquanto forças que modelam, adestram e docilizam os corpos. No entanto, tal entendimento margeia o engano, uma vez que parte do dispositivo é de natureza

subjetiva, logo interna, ou seja, uma vez que, a “[...] maneira de se julgar as qualidades e defeitos é meramente subjetiva. Cada qual tem a sua moral particular” (Silva, 1986, p. 118).

Tal entendimento pode ser vislumbrado rotineiramente no cotidiano dos papéis de gênero⁷, onde os sujeitos são compilados a crer e reproduzir de forma acrítica performances e não aquilo que de fato se é, em função dos discursos hegemônicos e do uso exacerbado de estereótipos⁸ que apenas simplificam de forma grosseira e superficial aquilo que se deseja representar. Logo, o que comumente se classifica em meio social são os estereótipos e não os sujeitos em si, em função da falta de profundidade no entendimento acerca daquilo que se classificou, consolidando preconceitos⁹ e respaldando o discurso hegemônico que faz uso dos estereótipos para sua manutenção. Assim, o ser, estar e parecer são alocados como sinônimos, quando na verdade são conceitos independentes.

Nesse interim, segundo Sales (2021, p. 14) “[...] ferramentas classificatórias são dispositivos de poder que ordenam e legitimam discursividades, compreendemos que os sistemas de organização do conhecimento impactam, em maior ou menor medida, toda uma esfera social”. De tal modo, em um primeiro momento, aparentemente, os atos de nomear, classificar e conseqüentemente de existir são ações corriqueiras, simples dadas sua ocorrência no cotidiano. Sob as linhas de Melo (2010, p. 178) “[...] o ato de nomear e organizar objetos, seres e fenômenos ao nosso redor responde a um apelo de nossa mente por referenciais que dêem [sic] sentido a caleidoscópica realidade”. No entanto, ao voltar-se para a rotina dos sujeitos em sociedade e imergir em contextos específicos, tais ações aden-

⁷ Segundo Jesus (2012, p. 25) papel de gênero pode ser definido como: “Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico”. Logo, compreende-se que, o entendimento de que se existe uma divisão/classificação em “[...] ser masculino ou feminino é porque houve, previamente, uma atribuição coletiva de significado nesse sentido” (Araújo, 2011, p. 61).

⁸ Segundo Jesus (2012, p. 28) estereótipo pode ser compreendido como a “[...] imagem fixa e preconcebida acerca de algo ou alguém. É o fundamento das crenças e dos preconceitos”.

⁹ Neste estudo, adotou-se o conceito de preconceito proposto por Jesus (2012, p. 28), a saber: “Juízo preconcebido acerca de algo ou alguém, com base em estereótipos. Predispõe a determinadas atitudes com relação ao objeto do preconceito, que pode ou não se manifestar na forma de discriminação”.

sam-se revelando uma tessitura complexa e multifacetada inscrita em um cenário rizomático (Deleuze; Guattari, 2000), construído histórica, geográfica e culturalmente, que tutelam relações de poder que atuam de forma incessante e em todas as direções (horizontal e vertical) incidindo sobre os corpos de forma a torná-los politicamente dóceis e economicamente produtivos (Foucault, 1987) do ponto de vista dos discursos hegemônicos, em uma complexa engenharia que agrega tecnologias (Lauretis, 1994), sistemas (Foucault, 1987; 2000; Nunes, 2016; Rubin, 2017) e dispositivos de controle social (Foucault, 2020a, 2020b). Ressalta-se que, o poder tem dupla natureza, sendo ele coercitivo (lei) e produtivo (pedagógico), no entanto, o que seria o poder? De acordo com Ríos (2005) o poder é:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder¹⁰. (Ríos, 2005, p. 154).

Segundo Revel (2011, p. 27-28) ao dissertar sobre as ações do poder em sociedade e sobre os corpos, a mesma esclarece que:

O controle social não passa só pela justiça, mas também por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política de saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocínios etc.) que se articulam em dois momentos: trata-se, por um lado, de construir populações nas quais inserir os indivíduos – o controle

¹⁰ Citação original: “[...] la capacidad de decidir sobre la propia vida; como tal es un hecho que trasciende al individuo y se plasma en los sujetos y en los espacios sociales: ahí se materializa como afirmación, como satisfacción de necesidad, y como consecución de objetivos. Pero el poder consiste también en la capacidad de decidir sobre la vida del otro, en la intervención con hechos que obligan, circunscriben, prohíben o impiden. Quien ejerce el poder se arroga el derecho al castigo y a conculcar bienes materiales y simbólicos. Desde esa posición domina, enjuicia, sentencia y perdona. Al hacerlo, acumula y reproduce poder” (Ríos, 2005, p. 154).

é basicamente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais num aparelho estatal centralizado -; mas, por outro lado, trata-se também de tornar o poder capilar, quer dizer, de instalar um sistema de individualização que se destine a modelar cada indivíduo e a gerenciar sua existência.

Tal aspecto duplo do controle social atua de forma contundente sobre os corpos configurando-se enquanto variáveis fundamentais para o entendimento do estudo aqui apresentado, uma vez que, alicerça a gênese da análise realizada e ancora o entendimento acerca da engenharia de poder criada em torno do objeto estudado, para além, de permitir a compreensão da tríade (pecado-crime-doença¹¹) que comporta a produção do conhecimento acerca dos estratos sociais compostos por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Pansexuais, Polisssexuais e não-cis que não se considere trans ou ainda qualquer uma das definições atribuídas na sigla (LGBTQIAP+) (Vainfas, 1989; Prado; Machado, 2008; Barbosa; Medeiros, 2018; Nascimento; Massoni; Shirakava; Pinho; Martínez-Ávila, 2020).

Compreendendo a informação “[...] no sentido de conhecimento comunicado”, ciente de seu “[...] papel central na sociedade contemporânea” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 148), norteando-se sob a compreensão de “[...] informação como coisa” (Buckland, 1991), emerge de tal cenário, indagações como: Como a Ciência da Informação tem lidado com informações e conhecimentos oriundos de grupos marginalizados? Os sistemas de Informação têm acompanhado as demandas das comunidades discursivas tidas como desviantes e subversivas? A representação da informação tem sido verossimilhante, ética e eficiente frente aos proselitismos, preconceitos e antipatias? Sales (2021, p. 13) indagando-se ainda, para além da informação, problematiza: “[...] como ser responsável ao sugerir ordenações ao conhecimento? Como promover sociedades democráticas e inclusi-

¹¹ Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

vas?”. Ressalta-se que, no âmbito deste estudo, a inclusão é compreendida não como um ato de tolerância, mas sim, um espaço de construção social. Logo, tais indagações, tornam-se essenciais para a compreensão daquilo que se analisa neste estudo.

Segundo Bourdieu (2012) por tratar de compreender como se construir e representar uma categoria social dominada, uma vez que, a classificação binária a qual são submetidos todos os sujeitos e a todo momento (Centro/Margem) e sendo as margens constituídas sobre termos negativos, deve-se levar em consideração que sua representação envolve o rompimento com as categorias de percepção que fundamentam a inferioridade.

Esse rompimento permitiria que experiências vividas de forma tácita ou dissimulada ganhassem visibilidade a partir de sua enunciação pública e que se construam em signos de pertencimento a um grupo social, a uma identidade. Bourdieu (2012, p. 148) ainda discorre que:

[...] o objetivo de todo movimento de subversão simbólica é operar um trabalho de destruição e de construção simbólicas visando a impor novas categorias de percepção e de avaliação, de modo a construir um grupo, ou, mais radicalmente, a destruir o princípio mesmo de divisão segundo o qual são produzidos não só o grupo estigmatizante, como também o grupo estigmatizado.

Logo, compreende-se assim, que a questão da construção dos estereótipos, ao imergir nos processos que resultam na abjetificação dos corpos, sujeitos e estratos sociais histórica e culturalmente marginalizados tem-se a construção dos mesmos, que atuam enquanto um fenômeno não natural, componente comum nos mais diversos mecanismos de controle social, construídos sob a égide de discursos hegemônicos que objetivavam a implementação e manutenção do poder, interferindo diretamente nos marcadores sociais da diferença (Derrida, 1971, 1997, 2013; Silva, 2000) alargando a mesma, entrelaçando-se de forma profunda nas tessituras oriundas das relações sociais.

Desse modo,

[...] é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. (Silva, 2000, p. 91).

Frente a isso, objetivou-se compreender como as relações de poder tem influenciado na compreensão e classificação do domínio das dissidências sexuais e de gênero, utilizando-se da estereotipagem, silenciamentos e esquecimento para alicerçar os discursos hegemônicos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada configura-se como um recorte da tese de doutorado do autor que adotou os procedimentos metodológicos necessários para obter respostas aos questionamentos que comumente emergem do processo investigativo e atender ao objetivo supra citado, elegendo-se a Análise de Domínio (AD) como metodologia, alicerçada em dois recursos metodológicos que atuaram de forma colaborativa para alcançar o resultado aqui apresentado, a saber Etnografia e Observação (Silverman, 2009; Flick, 2009) e Cartografia (Cartografia de documentos e Cartografia de sentimentos) (Rolnik, 2016).

De forma a situar o viés metodológico, ancorando-se sob uma abordagem discursiva, alinhando-se com o pensamento de Hjørland e Albrechtsen (1995), que definem a AD e estabelecem um diálogo com a Ciência da Informação, sob a óptica do paradigma domínio-analítico, onde o mesmo

[...] primeiramente, um paradigma social que considera a CI [Ciência da Informação] como uma das muitas ciências sociais, fomentando [...] perspectivas psicossociais, sociolinguísticas, sociológicas do conhecimento e sociológicas da ciência no contexto da Ciência da Informação. O paradigma domínio-analítico é,

em segundo lugar, uma abordagem funcionalista, com o intuito de entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e de delinear mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta visão. Em terceiro lugar, é uma abordagem filosófico-realista, tentando constatar as bases da CI por meio de fatores que sejam externos às percepções individualístico-subjetiva dos usuários em oposição, por exemplo, aos paradigmas comportamentais e cognitivos¹² (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

O diálogo e aplicação de tal entendimento são fortalecidos pelas linhas de Kobashi (1994), Abrahamsen (2003), Hjørland (1997, 2002, 2016, 2017), Nascimento (2006) e Tennis (2012a, 2012b) no âmbito da Ciência da Informação, além de Pinho (2010), Guimarães e Pinho (2011, 2012), Guimarães, Nascimento e Pinho (2017), Campbell, Guimarães, Pinho, Martínez-Ávila, Nascimento (2017) sob o viés mais específico da Organização do Conhecimento.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Segundo a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p. 232):

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um

¹² Citação original: “[...] *firstly a social paradigm, conceiving of IS as one of the social sciences, promoting a social psychological, a sociolinguistic, a sociology of knowledge, and a sociology of science perspectives on IS. The domain-analytic paradigm is secondly a functionalist approach, attempting to understand the implicit and explicit functions of information and communication and to trace the mechanisms underlying informational behavior from this insight. Thirdly it is a philosophical-realistic approach, trying to find the basis for IS in factors that are external to the individualistic-subjective perceptions of the users as opposed to for example the behavioral and cognitive paradigms*” (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

É fundamental compreender que a biopolítica não se apropria da vida para suprimi-la, mas sim para administrá-la em termos regulatórios, ou seja, trata-se de distribuir o vivente em um domínio de valor e de utilidade (Castro, 2011). Ressalta-se ainda que a “performance” não ocorre sempre de forma consciente; quando se fala de determinados conceitos, os dispositivos de coerção social e a biopolítica dos corpos e de produção dos mesmos são tão dissolvidos na tessitura social que acabam por ser internalizados pelos sujeitos, que não percebem a extensão de sua ação sobre o seu corpo.

Logo, Butler (2003, p. 162) afirma que

A marca do gênero parece ‘qualificar’ os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta ‘menino ou menina?’ é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse uma pós-escrito ou uma consideração cultural posterior?

Rich (1993) e Butler (2003) ao situarem tal entendimento na norma vigente (Heteronorma), ambas afirmam que a heteronormatividade é uma “[...] ordem compulsória’ que exige dos sujeitos a coerência total entre um sexo, um gênero e uma conduta/desejo/afeto, que são obrigatoriamente heterossexuais”. A exemplo do que foi posto, o discurso reducionista da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil

Damares Alves “Menino veste azul, menina veste rosa¹³”, onde os sexos masculino e feminino “[...] são vistos como opostos e complementares: correspondem a determinada configuração física, suscitam determinados comportamentos e disposições e dão ensejo a desejos e práticas sexuais em direção ao sexo ‘oposto’” (França, 2019, p. 45) inscrito em um sistema (Patriarcado¹⁴) sendo passível de identificar o mesmo como heteropatriarcado. Assim, “[...] o gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres ‘devem’ se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios” (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

Diante disso, segundo Freire (2012, p. 88) ao utilizar-se das linhas de Goffman (1988) afirma que, “[...] os ‘normais’ são aqueles que apresentam as características esperadas de acordo com o grupo em que estão inseridos”. No entanto, cabe ressaltar que “[...] como toda norma, porém, essa também se explicita pelos seus limites. A diversidade de corpos, relações e sujeitos que habita nosso cotidiano constantemente a desafia e expõe seu próprio caráter cultural” (França, 2019, p. 45)¹⁵.

Segundo Preciado (2017, p. 91-92) “[...] a heterossexualidade é uma paródia do gênero sem original na qual as posições de gênero que acreditamos naturais (masculinas ou femininas) são o resultado de imitações submetidas a regulações, repetições e sanções constantes”. Para Lanz (2014, p. 41) em diálogo com (Kitzinger, 2005, p. 478) a heteronormatividade “[...] é, pois, um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero a todas as relações estabelecidas entre as pessoas na nossa sociedade”. Sob as linhas de Hannah

¹³ Clarissa Pains. “Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo”. O Globo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XneG8mC5CGo>. Acesso em: 28 mar. 2021.

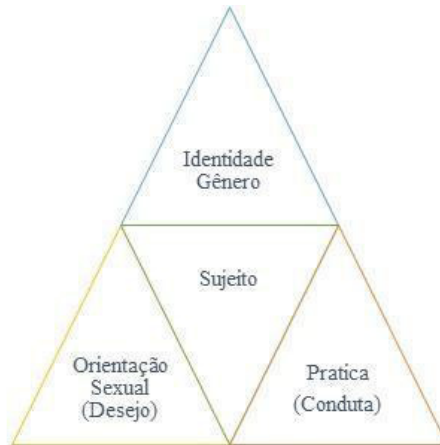
¹⁴ Segundo Costa (2000, p. 4) o Patriarcado pode ser definido como a: “[...] organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)”.

¹⁵ Citação original: “[...] *the way how men and women should behave, how their bodies should be represented and how their interpersonal relations can be composed, in these fields*” (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

Arendt (2012) “[...] o domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse um só indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações” (Arendt, 2012, p. 582).

Assim, ao representar o que a norma pretende ao limitar as práticas sexuais, as identidades de gênero, além de impor uma vertente universal aos corpos sexuados (Figura 1) elaborou-se uma representação das dobras que se sobrepõe na construção dos sujeitos. Logo, se pode compreender que a coerência do gênero se realiza na criação de uma dupla ilusão, a saber: a ilusão do que seria “natural” para o corpo sexuado e do que pareceria “natural” para aqueles que afirmam ter esse corpo por agirem sob a égide do que se enquadra como “natural”.

Figura 1 - Representação do sistema de dobras na composição dos corpos sexuados.



Fonte: Nascimento (2021).

No cenário aqui apresentado, segundo Butler (2003, p. 196)

[...] há três dimensões contingentes na corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da performance, então a performance sugere

uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance. Por mais que crie uma imagem unificada da ‘mulher’ (ao que seus críticos se opõem frequentemente), a travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade - através da ficção reguladora da coerência heterossexual. Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero - assim como sua contingência.

Ao longo de tal raciocínio, ao criar o que seria “natural” e naturalizadamente aceito, também se cria aquilo que não é “natural”, ou seja, tudo o que não é natural não é considerado normal pelos classificadores sociais construídos sob a égide desse raciocínio, é marginal, sai da norma, do padrão, do foco do sistema de organização do conhecimento e é impelido às margens (Olson, 1997; Cornell, 1992). Aqueles que não se adequam a essa ordem são alocados na zona de exclusão, tornando-se ininteligíveis como pessoa, porque a identidade só pode ser estabelecida dentro das “[...] leis que buscam estabelecer as linhas causais ou expressivas de conexão entre sexo biológico, gêneros constituídos culturalmente e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos nas manifestações do desejo sexual nas práticas sexuais” (Butler, 2007, p. 72). Nascimento, Massoni, Shirakava, Pinho e Martínez-Ávila (2020) afirmam que “[...] toda política identitária é ‘anti-diversitária’, uma vez que a identidade não apenas não comporta, mas sim segrega toda e qualquer singularidade, ‘minoritiza’ nos sistemas de classificação” (Campbell, 2000). Para Silva (2000, p. 82) “[...] a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir”. Logo, “[...] a identidade [...] teria um efeito de homogeneização que suprimira a diversidade, a diferença na igualdade” (Leopoldo, 2020, p. 160).

Desse modo, sob o ponto de vista das classificações, Costa (1998, p. 66) declara que

Encontramos inúmeros exemplos de classificação inscrita e actuautes [sic] nos mais variados domínios das relações sociais, tal como se apresentam no quotidiano. Basta pensar na maneira como as pessoas tratam umas às outras, ou se referem a terceiras, atribuindo estatutos de superioridade ou inferioridade social, considerando umas distintas e outras vulgares, umas sérias e outras desonestas, umas competentes e outras incapazes, umas merecedoras de mais respeito e outras de menos.

Costa (1998, p. 66) prossegue suas análises afirmando que

[...] com frequência, nas relações entre pessoas, classificações deste e doutros tipos são verbalizadas, embora não sejam em regra objecto [sic] de grandes delongas reflexivas. Na maioria dos casos, tais classificações estão presentes de forma implícita. Muitas vezes não chegam se quer a ser ditas. Mas comandam os comportamentos e as avaliações, dão o tom aos modos de interação, conduzem as práticas relacionais de diferença ou arrogância, de intimidade ou distanciamento, de atenção ou alheamento, entre muitas formas de modulação do relacionamento humano e de organização das relações sociais.

Segundo Melo (2010, p. 178) ao refletir “[...] sobre o problema de representação do conhecimento e os seus desdobramentos deste processo”, ao qual nomeia por “[...] categorização, na vida em sociedade”, prossegue ao traduzir as linhas de (Cuenca; Hilferty, 1999, p.32) definindo que “[...] categorização constitui um mecanismo de organização da informação [por generalização ou abstração e discriminação] obtida a partir da apreensão da realidade”¹⁶. Albuquerque (2013, p. 48) afirma ainda que “[...] enquanto fenómeno social, a classificação, devido ao seu formato e ao seu tratamento, torna-se a representação temática do conhecimento, visto que as diversas sociedades existentes são agrupadas para atenderem às necessidades de organização e de comunicação”. Ressalta-se que, “[...] as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas

¹⁶ Citação original: “*La categorización es un mecanismo de organización de la información obtenida a partir de la aprehensión de la realidad, que es, en sí misma, variada y multiforme*” (Cuenca; Hilferty, 1999, p.32).

quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso também hierarquizar” (Silva, 2000, p. 82).

4 ONDE COLOCAR O DESEJO?

“Todo dia, toda noite
Toda hora, toda madrugada
Momento e manhã
Todo mundo, todos os segundos do minuto
[...] A gente não sabe o lugar certo
De colocar o desejo”
(Veloso, Pecado Original¹⁷, 1978)

A canção de Caetano Veloso vivifica a forma como o desejo se manifesta de forma contundente, insistente e global, afirmando com veemência que “[...] a gente não sabe o lugar certo de colocar o desejo”. Ressalta-se que, o interprete e compositor usou termos êmicos utilizados por estratos sociais marginalizados, como “lobisomem¹⁸”, para não sofrer censura, uma vez que, o Brasil se encontrava sob a atuação de uma ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964 e perdurou até 1985. O regime atuava de forma extensiva nos meios de comunicação e nas mais diversas linguagens artísticas, censurando, limitando e agindo em muitos casos com violência para inibir a atuação dos ditos “subversivos”.

Assim, compreende-se que, imergir no domínio das classificações, nomeações e representações é imergir em um cenário marcado por relações de poder, processos de estereotipagem e principalmente de silenciamentos. Uma vez que, ao se tornar um discurso oficial, todos os outros tornam-se

¹⁷ Canção composta e gravada originalmente para a trilha do filme “A Dama do Lotação” (1978) dirigido por Neville de Almeida, e estrelado por Sônia Braga. Foi o único tema do filme. Nunca foi lançada a trilha do filme, sendo lançado apenas em compacto (33 1/3) simples na época do filme.

¹⁸ Termo utilizado para designar homossexuais masculinos.

marginais, soterrados ou sem importância dada a posição que ocupa na hierarquia estabelecida pelos proselitismos sociais.

Na última década do século XX e primeira década do século XXI, segundo Araújo (2018, p. 58) eclodem diversos estudos sobre “[...] aspectos diversos nos processos de representação e recuperação como, por exemplo, aspectos éticos e as questões de gênero”. Produções como (Olson, 2001; López-Huertas; Ramírez, 2005; Pinho, 2009) marcam a emergência do viés de gênero enquanto um domínio de atuação da Ciência da Informação. Não obstante, Dahlberg (1992) já apontava para a necessidade de um aprofundamento nos estudos acerca e sob o viés da ética no tratamento da informação. Ressalta-se que, os estudos das primeiras décadas sobre o domínio do gênero atuam de forma muito generalista, sob o objeto gênero, e mesmo nos estudos mais contemporâneos a visão do gênero sob a óptica biologizante ainda é aguda na área de Ciência da Informação.

Os estudos de Olson (1997; 2002), Campbell (2000), Silva e Lara (2004), Pinho (2010), apresentam-se de forma diferenciada frente ao que vinha sendo construído no âmbito da Ciência da Informação, construindo estudos não generalistas, apresentando um aprofundamento temático que possibilita um entendimento crítico acerca do domínio de gênero e seus desdobramentos. Lima e Santos (2019, p. 50) afirmam que “[...] a politização do gênero é uma inovação, pois traz para a cena do debate as pautas de ordenamento das vidas humanas”.

Logo, os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano. Isso significa que o gênero é inerentemente político – mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil. Na ordem de gênero, a desigualdade e opressão têm levado repetidamente a demandas por reformas. Movimentos que buscam essa mudança incluem campanhas pelo voto feminino, pela presença das mulheres em movimentos anticoloniais e na representação de governos independentes. Há campanhas por salários iguais, pelo direito das mulheres à propriedade de terras e bens, por reformas da legislação que regula os direitos e práticas homossexuais, pelo sindicalismo feminino, por oportunidades iguais de emprego, por direitos

reprodutivos, por direitos humanos para homens e mulheres transexuais e pessoas transgênero, contra a discriminação na educação, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia de massas, contra estupro e violência doméstica (Connel; Pearse, 2015, p. 43).

Pinho, Melo e Oliveira (2019, p. 38), ao evocarem o discurso de Louro (2008, p. 21) de forma a alicerçarem seu estudo acerca dos assuntos de gênero e sexualidade nas representações temáticas nos sistemas *Sophia* e *Pergamum*, vislumbram que “[...] no terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual)”. Em consonância com Louro (2008), Pinho (2010, p. 31) ao inserir o debate na Ciência da Informação, já identificava os subgrupos “[...] lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, *drag queens*, *crossdressers*, intersexo, assexual e simpatizantes”, “[...] evidenciando, mais uma vez, a pluralidade existente na temática e a necessidade de representá-la com mais especificidade” (Pinho; Melo; Oliveira, 2019, p. 40).

Em diálogo com o que foi supracitado, Preti (1983, p. 153) afirma que “[...] os estereótipos têm sido objeto de estudo de diversas áreas, como a Sociologia, a Psicologia da Comunicação, a Semiologia, a Linguística e outras”. No estudo aqui apresentado, questões acerca dos estereótipos aproximam-se dos estudos históricos e no âmbito da Ciência da Informação. Nesse interim, Preti (1983, p. 153) discorre que “[...] o processo de estereotipia surge, numa sociedade, provavelmente, do conflito entre o fenômeno da ‘mente coletiva’ e da ‘mente individual’, na medida em que esta é sufocada por aquela, tendo em vista os interesses do grupo”. Tal pensamento fora norteadado pelo entendimento de “consciência coletiva” proposto por Durkheim (1972, p. 90-91) que compreende que

[...] a sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existirem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinadas maneiras; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero. É, pois, na natureza desta individualidade, e não nas unidades componentes, que é preciso buscar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem. O grupo pensa, sente, age diferentemente da maneira de pensar, sentir e agir de seus membros, quando isolados. Partindo, pois, desses últimos, não poderíamos compreender nada do que se passa no grupo.

Preti (1983, p. 154) em consonância com o pensamento de Durkheim (1972) afirma que, “[...] trata-se, sem dúvida, de uma forma que a própria sociedade encontrou de simplificar a visão da realidade, distribuindo pessoas, coisas e fatos em escaninhos determinados e previamente rotulados”. Bhabha (1998, p. 110) em uma tentativa de conceituar o estereótipo afirma que “[...] o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo”, apontando ainda que, “[...] o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade” (Bhabha, 1998, p.117). Para Bosi (1992, p. 113) “[...] no processo da estereotipia, os padrões correntes interceptam as informações no trajeto rumo à consciência”, Baccega (1998, p. 8) dá continuidade ao discurso ao citar Bosi (1977, p. 98) afirmando que, “[...] quando procuramos conhecer a realidade, ocorre ‘um processo de facilitação e de inércia. Isto é, colhem-se aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. O processo de estereotipia se apodera da nossa vida mental’”. Bosi (1977, p. 99) ressalta que “[...] o repouso do estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo

mental”. Bosi (1992, p.113) alerta que “[...] o estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico”.

Albuquerque Junior (2010, p. 30) acerca do “discurso da estereotipia” é incisivo ao afirmar que,

[...] é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

Para Lippman (1970, p. 156)

As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las. E a menos que a educação nos tenha tornado agudamente conscientes, essas concepções governam profundamente todo o processo da percepção.

Lippmann (1970, p. 151), discorre ainda que, ao nos aproximarmos da realidade, “[...] não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos”. “Aí está o estereótipo: são ‘os tipos aceitos, os padrões correntes, as versões padronizadas’. Eles interferem na nossa percepção da realidade, levando-nos a ‘ver’ de um modo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem” (Baccega, 1998, p. 8).

Segundo Preti (1983, p. 159) “[...] podemos entender os estereótipos, portanto, como atitudes ligadas a um mecanismo de defesa da sociedade, em particular no que se refere à ideologia sexual”. Nesse interim, “[...] desde que certas práticas se tornem convenientes para a comunidade, passam a ser esperadas [...], e os estereótipos prolongam essa expectativa através das gerações. Quaisquer outras oferecidas em seu lugar provocam

reações na ‘mente coletiva.’” (Preti, 1983, p. 159). Silva (2000, p. 76) aponta ainda que

[...] identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas O processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação.

Diante disso, Candau (2003) afirma que “[...] os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas; são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente” (Candau, 2003, p. 17). Rios (2007) discorre que os preconceitos são “[...] percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (Rios, 2007, p. 27-28). Assim, Denizart (1997, p. 9) ao desenvolver sua etnografia urbana acerca das subjetividades travesti no Rio de Janeiro – RJ, afirma: “Um jovem gay chegando do Nordeste é execrado por ser pobre, homossexual e do interior”. A afirmação de Denizart (1997) denuncia a tessitura social, a relação simbiótica estabelecida entre o preconceito por origem geográfica¹⁹ (Albuquerque Júnior, 2007), o preconceito por orientação sexual e o preconceito econômico ou de classes sociais que vigoram na sociedade. Diante disso, “[...] compreender como se dão estes processos é condição imprescindível para desvelá-los e combatê-los, na perspectiva da construção de uma cultura dos direitos humanos” (Candau, 2003, p.18).

Sob as linhas da obra de Foucault (2010, p. 30) “[...] o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo re-

¹⁹ Para uma compreensão mais aprofundada acerca dos preconceitos geográficos referentes ao Brasil ver o capítulo “A formação do Estado Nacional brasileiro e os preconceitos por origem geográfica” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

lações de poder”. Dessa forma, já conhecido na análise do discurso que há interpelações do indivíduo em sujeito a ideologia. É assim que se considera que o indivíduo se constitui em sujeito por ser afetado pelo símbolo. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele seja submetido língua. E é por estar subordinado a língua, ao símbolo, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de, pertencente a, pois na sociedade aqueles que se colocam como contrários ou desviantes da norma não tem lugar ou papel definido, pois o espaço desse outro (LGBTQIA+, anão, deficiente, prostituta(o), sujeitos em conflito com a lei, entre outros) é o do não lugar, o esquecimento, a existência condicionada sob a égide da violência marcada não apenas no discurso mas sim sob todas formas de exclusão social, ou seja, o sujeito abjeto. Logo, pode-se compreender que o processo de exclusão ao qual os sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidades, que tem por natureza o desvio da norma vigente (a heterossexualidade compulsória) (Rich, 1993; Anjos, 2000; Butler, 2002, 2003) instituíram um movimento das “margens” para o “centro” que busca resistir ao que fora imposto pelo proselitismo social norteado em direção a binaridade de gênero e da heterossexualidade. Cabe ressaltar que, essa binaridade tem sua gênese na noção de gênero entendida como relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995).

Desse modo, uma das garantias que podem devolver a tais sujeitos uma possibilidade de representação verossimilhante, ética e humana é a garantia autopoietica. Segundo Martínez-Ávila, Budd (2017, p. 706) em diálogo com Mai (2011) a garantia autopoietica é compreendida como uma incumbência “[...] em que a autoridade é criada dentro do sistema e os usuários do sistema, de forma autorreferencial, estabeleceriam os termos e classes a serem incluídos. Nesse caso, a autoridade do sistema emergiria de seu uso”²⁰. Essa compreensão favorece o diálogo e a construção de uma representação do conhecimento mais eficiente do ponto de vista da recuperação da informação, uma vez que, não evidencia relações de poder, mas torna equânimes as nomeações.

²⁰ Citação original: “[...] *in which the authority is created within the system and the users of the system, in a selfreferential manner, would establish the terms and classes to be included. In this case, the authority of the system would emerge from its use*” (Martínez-Ávila; Budd, 2017, p. 706).

Esse deslocamento do eixo discursivo, não apenas torna mais equânime o “poder de nomeação”, mas sim, aproxima o sujeito de uma classificação mais verossimilhante e amplia o grau de eficiência da mesma, criando assim a possibilidade de que narrativas diferenciadas, destoantes do discurso hegemônico possam emergir, conferindo aos sujeitos marginalizados no decorrer do processo de construção histórica a voz que lhe fora retirada em tal processo, ao serem alocados em um “espaço” único, sejam as margens, as bermas do próprio processo de representação e classificação, ou a própria zona de abjeção que não pode ser compreendida como um lugar, um espaço, mas sim, um não lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, o que se pode concluir ao término das observações é que, o estado de exceção simbólico construído socio-historicamente sobre e em torno dos sujeitos que borram, desviam ou não balizam suas identidades, práticas e orientações do desejo pela norma vigente, eleita por proselitismos sociais, de forma a melhor servir os grupos hegemônicos onde o sistema patriarcal, utiliza-se de estratégias e métodos sexistas para arraigar um comportamento machista, em um invólucro capitalista, que se utiliza de dispositivos de controle social para tornar os corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos, gerando em seu interior oprimidos e excluídos em um jogo de poder complexo em que “lembança e esquecimento”, são partes de um mecanismo de controle social, um instrumento que por meio de uma consciência seletiva, tal qual uma marionete, lembra ou se esquece daquilo que é conveniente apenas para ao grupo hegemônico.

Assim, ao vislumbrar os sistemas de saber/poder e patriarcal nos quais está inscrito toda a engenharia social de controle dos corpos, engendrada em uma interseccionalidade das relações de poder, raça, gênero e sexualidade que incidem sobre os corpos de modo a controlar suas práticas em uma produção serializada de sujeitos dóceis e economicamente viáveis sob a perspec-

tiva do biopoder e consequentemente do capital. Não obstante, a criação de um dialeto oriundo do marginalia que atua nas bermas da sociedade em uma ação discursiva margem-centro que não almeja tornar-se centro, mas que reverbera causando um movimento entre os sujeitos que de alguma forma não se sentem completamente representados e/ou identificados nos espaços destinados a eles no decorrer das construções sócio-históricas, coletivas e individuais, fazendo com que a garantia autopoietica torne-se uma alternativa viável a esses estratos sociais alocados a marginalia, de forma a conferir a estes uma representação verossimilhante, ética e humana.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Knut Tore. Indexing of musical genres. an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 144-169, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Representação temática da informação na Literatura popular de cordel**. Curitiba: Appris, 2013.
- ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, dez. 2000.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, José Estevez. Gênero e direito. In: FABIANI Emerson Ribeiro (coord.) **Impasses e aporias do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 59-77.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 13, p. 7-14, dez. 1998.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; MEDEIROS, Robson Antão de. Dos povos nativos ao surgimento dos movimentos sociais: influências dos discursos jurídicos, religiosos e médicos para a construção do conceito de homossexualidade no Brasil. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 266-289, 2018.

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BOSI, Eclea. A opinião e o estereótipo. **Contexto**, São Paulo, n. 2, p. 98, mar, 1977.
- BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 32, p. 111-118, mar. 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, Jun.1991.
- BUTLER, Judith P. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007.
- CAMPBELL, Donald Grant. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 27, n. 3, p. 122-131, 2000.
- CAMPBELL, Donald Grant; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; NASCIMENTO, Francisco Arrais. The terminological polyhedron in LGBTQ terminology: Self-naming as a power to empower in knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 8, p. 586-591, 2017.
- CANDAU, Vera Maria. **Somos tod@s iguais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, nov. 2007.
- CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas**: una história conceptual de la biopolítica. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2011.
- CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.
- CORNELL, Drucilla. **The philosophy of the limit**. New York: Routledge, 1992.
- COSTA, António Firmino. Classificações sociais. **Leitura**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out./abr. 1977/1998.
- CUENCA, María Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

- DAHLBERG, Ingetraut. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2000. v. 1.
- DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 - a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4: as confissões da carne**. São Paulo: Paz e terra, 2020b.
- FRANÇA, Isadora Lins. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 33, p. 45-52, out. 2019.
- FREIRE, Lucas de Magalhães. De Sodomitas a Homossexuais: a construção de uma categoria social no Brasil. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-100, ago. 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GUIMARÃES, Jose Augusto Chaves; NASCIMENTO, Francisco Arrais; PINHO, Fabio Assis. The metaphorical dimension of lgbtq information: Challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 49-57, set./dez. 2017.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. cd-rom. p. 352-370. Tema: Políticas de informação para a sociedade.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. *In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera. (org.). **Desafios e Perspectivas Científicas para a organização e representação do conhecimento.*** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012, v.1, p. 143-146.

HJØRLAND, Birger. **Information seeking and subject representation: an activity theoretical approach to Information Science.** London: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, Birger. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, DF: Edição da Autora, 2012.

KITZINGER, Celia. Heteronormativity in action: reproducing the heterosexual nuclear family in after-hours medical calls. **Social Problems**, Oxford, v. 52, n. 4, p. 477-498, Nov. 2005.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia.** 1994. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.*** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer.** Salvador: Devires, 2020.

- LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. O campo da informação no ordenamento político de gênero. *In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação.*** Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 41-69. (Selo Nyota).
- LIPPMAN, Walter. Estereótipos. *In: STEINBERG, Charles. **Meios de comunicação em massa.*** São Paulo: Cultrix, 1970. p. 149-159.
- LÓPEZ-HUERTAS, María José; RAMÍREZ, Isabel de Torres. Terminología de género. sesgos, interrogantes, posibles respuestas. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.
- MAI, Jens-Erik. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, London, v. 73, n. 4, p. 700-715, 2017.
- MELO, Fabio Dantas de. Categorização linguística como esteio da organização do conhecimento. *In: ROBREDO, Jaime; BRÄSHER, Marisa (org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC.*** Brasília DF: IBICT, 2010. p. 177-182.
- NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a Organização do Conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+.** 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais; MASSONI, Luis Fernando Herbert; SHIRAKAVA, Rafael da Silva; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Autodenominación y autoclasificación de la homosexualidad masculina y las sexualidades alternativas en Brasil. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, Ciudad de México, v. 34, n. 84, p. 151-168, ago. 2020.
- NUNES, Débora Machado. **O pensamento feminista na economia: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- OLSON, Hope A. Patriarcal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for information and Labrary Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29, 2001.

OLSON, Hope A. The feminist and the emperor's new clothes: feminist deconstruction as a critical methodology for library and information studies. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 19, n. 2, p. 181-198, 1997.

OLSON, Hope A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n.1, p. 193-198, jul. 2011.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINHO, Fabio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINHO, Fabio Assis; MELO, Letícia Alves Félix de; OLIVEIRA, Jéssica Pereira de. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, jun. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRETI, Dino. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In*: CHARLESWORTH, Barbara; GELPI, Albert (ed.). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. p. 203-224.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 2005.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

RUBIN, Gayle S. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SALES, Rodrigo de. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari. *In: AMORIM, Igor Soares; SALES, Rodrigo de. **Ensaaios em organização do conhecimento.*** Florianópolis: UDESC, 2021. p. 13-39.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, mar. 1995.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das Linguagens Documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33-47, jan. 2004

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Valmir Adamor da. **Nossos desvios sexuais:** normal? anormal? afinal de contas, quase todos nós temos um desvio sexual, mais ou menos discreto... ou muito camuflado. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1986.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos:** métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science.** Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012a.

TENNIS, Joseph T. A convenient verisimilitude or oppressive internalization? Characterizing the ethical arguments surrounding hierarchical structures in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v.39, n.5, p. 394-397, 2012b.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados.** Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

FILMOGRAFIA

A DAMA do Lotação. Direção: Neville de Almeida. Produção: Regina Filmes; Neville de Almeida. Intérpretes: Sonia Braga. Roteiro: Neville D'Almeida; Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1978. (90 min.), son. color. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x2co5s9>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MUSICOGRAFIA

VELOSO, Caetano Emanuel Viana Teles. Pecado original. In: AMANTE amado/ Pecado original. Intérprete: Caetano Emanuel Viana Teles Veloso. Rio de Janeiro: Philips, 1978. 33 1/3, Disco vinil, (3 min.).